

Lewandowski proferiu 200 mil atos judiciais em 17 anos no STF

O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, foi responsável por cerca de 200 mil atos judiciais entre 16 de março de 2006, quando tomou posse, e 31 de março deste ano. Os dados são do boletim Prestação Jurisdicional em Números, divulgado pela corte nesta segunda-feira (10/4).

Nelson Jr./SCO/ STF



Ministro se aposenta nesta terça-feira (11/4), depois de 17 anos de Supremo
Nelson Jr./SCO/ STF

Lewandowski se aposentará nesta terça (11/4), depois de 17 anos de Supremo Tribunal Federal. Deixará um acervo pequeno ao seu sucessor, como mostrou [levantamento da ConJur](#).

Os cerca de 200 mil atos judiciais de Lewandowski compreendem as decisões e despachos do ministro, via gabinete, e as decisões e despachos referentes ao período em que presidiu o Supremo (de 2014 a 2016).

Segundo o relatório divulgado pela corte, foram 117 mil decisões via gabinete, além de 21,2 mil despachos. Durante a presidência, foi responsável por 54,3 mil decisões e 5,9 mil despachos.

O ministro recebeu quase 89 mil processos nos 17 anos de corte, para além dos que herdou de Carlos Velloso, seu antecessor. Os agravos de instrumento (24.760 mil) lideram o número de casos distribuídos. Na sequência estão os recursos ordinários (23.539 mil), recursos extraordinários com agravo (19.866 mil), Habeas Corpus (10.340 mil) e reclamações (4.926 mil).

A maior parte das 117 mil decisões do ministro foram monocráticas: 98.998 mil, o que equivale a 84% do total. O restante (18.786 mil), equivale a decisões colegiadas de Lewandowski.

O ramo que contou com o maior número de decisões do ministro foi o do Direito Previdenciário (15.294 mil decisões). Na sequência estão Direito Administrativo (13.032 mil); Direito Processual Civil e do Trabalho (7.525 mil); Direito Civil (6.749 mil); Direito do Consumidor (4.056 mil); Direito Tributário (3.927 mil); Direito Penal e Processual Penal (2.169 mil); Direito do Trabalho (911); e Direito Assistencial (474).

Acervo enxuto

O ministro deixará um acervo pequeno ao seu sucessor. Eram 780 processos até a noite desta segunda, véspera da aposentadoria. Com isso, Lewandowski tem o quarto menor acervo do Supremo, ficando atrás só dos de Cármen Lúcia, Alexandre de Moraes e Rosa Weber.

Dos processos, 562 têm decisão e aguardam só a certificação do trânsito em julgado e a baixa para a primeira instância. Quase todo o restante está parado, esperando a resolução de precedentes em julgamentos do Plenário.



"Estou com o gabinete praticamente zerado, só existem alguns processos com pendência de despachos administrativos", disse Lewandowski a jornalistas em 30 de março, quando anunciou a aposentadoria.

O ministro já deixou voto em casos relevantes, como no referendo da liminar do ministro suspendendo trecho da Lei das Estatais que restringe indicações de conselheiros e diretores (ADI 7.331). Também nos processos que decidem sobre os critérios de distribuição das sobras de vagas em eleições proporcionais (ADIs 7.228, 7.263 e 7.325).

Fica indefinida, no entanto, a situação da Rcl 43.007, que originalmente tratava de um pedido da defesa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) [para acessar conversas](#) entre procuradores da extinta "lava jato" de Curitiba e o ex-juiz Sergio Moro.

No mesmo processo, o ministro [declarou a imprestabilidade do acordo de leniência da Odebrecht](#) em casos contra Lula. Acontece que outros alvos da "lava jato" entraram com pedidos de extensão. Uma parte das solicitações ainda não foi julgada.

A revista eletrônica **Consultor Jurídico** apurou que o ministro está analisando todas os pedidos de extensão pendentes. É possível, no entanto, que alguns fiquem para o sucessor de Lewandowski. Se for **Cristiano Zanin**, advogado de Lula, o processo deve ser redistribuído, já que ele é o autor.

O caso do advogado Tacla Duran, [recentemente enviado ao Supremo](#), também pode ficar com o sucessor de Lewandowski. Duran diz que foi alvo de "bullying processual" por parte de Moro e do ex-coordenador da "lava jato", Deltan Dallagnol.

Em depoimento à 13ª Vara Federal de Curitiba, o advogado afirmou que foi extorquido durante a operação para não ser preso. Ele citou Moro e Dallagnol, que, hoje parlamentares, têm prerrogativa de foro. Lewandowski enviou o caso para a Procuradoria-Geral da República para que o órgão se manifeste. O processo tramita em segredo de Justiça.

Clique [aqui](#) para ler o relatório

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2023-abr-10/lewandowski-proferiu-200-mil-atos-judiciais-17-anos-stf/>